



Número: **0600133-53.2024.6.04.0059**

Classe: **DIREITO DE RESPOSTA**

Órgão julgador: **040ª ZONA ELEITORAL DE MANAUS AM**

Última distribuição : **19/09/2024**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Assuntos: **Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Rádio, Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Televisão**

Segredo de Justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes	Advogados
ROBERTO MAIA CIDADE FILHO (REQUERENTE)	
	AMANDA DOS SANTOS NEVES GORTARI (ADVOGADO)
ALBERTO BARROS CAVALCANTE NETO (REQUERIDO)	
	FRANCISCO CHARLES CUNHA GARCIA JUNIOR (ADVOGADO) CAMILA MEDEIROS COELHO (ADVOGADO) FERNANDO HENRIQUE OLIVEIRA DE ALMEIDA (ADVOGADO) LUAN PESSOA SILVA (ADVOGADO) ALEXANDRE MENDES AMOEDO FERREIRA (ADVOGADO) JOAO PAULO DE SOUZA BARBOZA (ADVOGADO) PAULA ANGELA VALERIO DE OLIVEIRA (ADVOGADO)
COLIGAÇÃO ORDEM E PROGRESSO (REQUERIDO)	

Outros participantes	
PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO AMAZONAS (FISCAL DA LEI)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
122792310	20/09/2024 16:12	Decisão	Decisão



JUSTIÇA ELEITORAL
040ª ZONA ELEITORAL DE MANAUS AM

DIREITO DE RESPOSTA (12625) Nº 0600133-53.2024.6.04.0059 / 040ª ZONA ELEITORAL DE MANAUS AM
REQUERENTE: ROBERTO MAIA CIDADE FILHO
Advogado do(a) REQUERENTE: AMANDA DOS SANTOS NEVES GORTARI - AM17302
REQUERIDO: ALBERTO BARROS CAVALCANTE NETO, COLIGAÇÃO ORDEM E PROGRESSO

DECISÃO

Trata-se de **PEDIDO DE DIREITO DE RESPOSTA** proposta por **ROBERTO MAIA CIDADE FILHO** em face da **COLIGAÇÃO “ORDEM E PROGRESSO”**, composta pelos partidos PL e NOVO, e de **ALBERTO BARROS CAVALCANTE NETO**.

Autos conexos aos processos DR nº 0600435-55.2024.6.04.0068, RP nº 0600118-84.2024.6.04.0059, DR nº 0600133-53.2024.6.04.0059 e RP nº 0600128-31.2024.6.04.0059 e RP nº 0600132-52.2024.6.04.0032.

Alega o Representante que, no dia 18 de setembro de 2024, os Representados veicularam, no horário eleitoral gratuito, vídeo com conteúdo injurioso e sabidamente inverídico em desfavor do candidato Representante, através do personagem Robertaxa Cidade, que foi criado pelos Representados com a clara finalidade de zombar e injuriar o Representante.

Requer a concessão liminar, em antecipação de tutela inaudita altera parte, para que seja determinado: i. Aos Representados que cessem a veiculação da propaganda impugnada, bem como se abstenham de veicular a propaganda objeto destes autos em qualquer meio de comunicação, sob pena de multa de R\$10.000,00 (dez mil) por descumprimento; e ii. Às emissoras de televisão para que cessem a veiculação da propaganda impugnada, sob pena de multa no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para cada descumprimento.

É o breve relatório. Decido.

Consoante dispõe o art. 300 do CPC/2015, é permitido ao julgador conceder a tutela de urgência cautelar quando presentes elementos que evidenciem, cumulativamente, a probabilidade do direito alegado e perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.

Nos autos do processo de DR nº 0600435-55.2024.6.04.0068, referente à veiculação de vídeo similar, daquela vez divulgado na conta de Instagram do segundo Representado, foi concedida liminar determinando a remoção da propaganda eleitoral negativa impugnada, após constatação de que o conteúdo tinha o objetivo de prejudicar a imagem do Representante, por meio de declarações desacompanhadas de elementos probatórios e com caráter vexatório.

No caso dos presentes autos, houve a veiculação do que aparenta ser o mesmo vídeo, mas com regravação de voz, com as seguintes declarações:

Eu sou o RoberTaxa Cidade. Como deputado estadual e presidente da Assembleia, coloquei em votação e aprovei o aumento de diversos impostos, que aumentou o preço do seu IPVA, aumentou o ICMS, que com isso aumentou a sua conta de luz, aumentou o preço da gasolina, aumentou a sua conta de celular e da sua internet. Agora, eu quero o seu voto para continuar esse trabalho na prefeitura. Eu tô pronto, pronto para aumentar os seus impostos.

Assim, constato que também estão presentes os requisitos para a concessão da tutela de urgência, quais sejam: a probabilidade do direito e o risco de demora na concessão da medida requerida.

A propaganda irregular deve ser prontamente combatida pela Justiça Eleitoral, uma vez que tal medida se faz necessária para restabelecer o equilíbrio da paridade de armas no curto período de campanha.

Ante o exposto, em vista da veiculação do conteúdo demonstrado, torna-se imperiosa a análise em cognição sumária, sobremaneira, visando resguardar o equilíbrio do pleito, razão pela qual defiro os pedidos de tutela provisória de urgência, DETERMINANDO:

- 1) Aos Representados que cessem a veiculação da propaganda impugnada, inclusive por outros meios de comunicação, sob pena de multa no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais) por dia de descumprimento, limitada inicialmente ao patamar de R\$ 10.000,00 (dez mil reais);
- 2) Às emissoras de televisão e rádio que cessem a veiculação da propaganda impugnada, sob pena de multa no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais) por dia de descumprimento, limitada inicialmente ao patamar de R\$ 10.000,00 (dez mil reais);
- 3) Citem-se os Representados para, querendo, apresentarem defesa, no prazo de 1 (um) dia, nos termos do artigo 33 da Resolução TSE n.º 23.608/2019;
- 4) Após, abra-se vista ao Ministério Público Eleitoral, para emissão de parecer, em observância ao § 1º do art. 33, da Resolução TSE n.º 23.608/2019.

Transcorrido o prazo acima, com ou sem defesa, voltem-me os autos conclusos.

Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

Ao Cartório Eleitoral, para as providências.

Manaus, datado e assinado digitalmente.



Gildo Alves de Carvalho Filho

Juiz da Propaganda Eleitoral 2024

Comissão de Fiscalização da Propaganda Eleitoral



Este documento foi gerado pelo usuário 010.***.***-84 em 25/09/2024 10:24:30

Número do documento: 24092016121964300000115691116

<https://pje1g-am.tse.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24092016121964300000115691116>

Assinado eletronicamente por: GILDO ALVES DE CARVALHO FILHO - 20/09/2024 16:12:19